

A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO DE URUGUAIOS NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: UMA LEITURA A PARTIR DO CENÁRIO ECONÔMICO DO MERCOSUL

Alexandre Luís Ponce Martins

Docente na Universidade Estadual do Paraná – Unespar, Câmpus de Paranavaí – PR

Docente na Universidade Cesumar – UniCesumar, Câmpus Sede, Maringá – PR

poncemartins@hotmail.com

Marcio Roberto Ghizzo

Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

marcioghizzo@utfpr.edu.br

RESUMO: Este artigo tem como um de seus propósitos realizar uma análise das dinâmicas que envolvem a mobilidade da mão de obra das unidades federativas da região Sul do Brasil com o Uruguai. Esta pesquisa é justificada pela compreensão de que o desenvolvimento desigual estabelecido pelo sistema econômico vigente se territorializa no espaço geográfico. Portanto, é necessário aprofundar a relação com a mobilidade de trabalhadores no que concerne o ambiente fronteiriço. Para isso, foi conduzida uma breve discussão bibliográfica, na qual os conceitos relacionados ao tema foram destacados, estes são: mobilidade, território e fronteira. A pesquisa avançou com a coleta de informações relevantes sobre as características geográficas, sociais e econômicas da área em análise, incluindo imigração, admissão e demissão de trabalhadores, com base em dados secundários do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O método de análise utilizado foi o dialético, com uma metodologia comparativa de procedimentos, tendo como referência os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por fim, é importante destacar que o resultado obtido a partir deste material foi satisfatório, pois as informações qualitativas e quantitativas se alinharam aos objetivos e métodos apresentados.

Palavras-chave: Imigração. Território. Uruguai. Paraná. Santa Catarina. Rio Grande do Sul.

THE MOBILITY OF THE URUGUAYAN WORKFORCE AT THE SOUTHERN BORDER OF BRAZIL: A READING FROM THE ECONOMIC SCENARIO OF MERCOSUR

ABSTRACT: This article aims to conduct an analysis of the dynamics involving the mobility of labor force between the federative units of the Southern region of Brazil and Uruguay. This research is justified by the understanding that the uneven development established by the current economic system territorializes itself in the geographical space. Therefore, it is necessary to deepen the relationship with the mobility of workers in the border environment. To achieve this, a brief bibliographic discussion was conducted, in which the concepts related to the topic were highlighted, namely: mobility, territory, and border. The research proceeded with the collection of relevant information on the geographical, social, and economic characteristics of the area under analysis, including immigration, worker admission, and dismissal, based on secondary data from the Ministry of Labor and Employment. The analysis method used was dialectical, with a comparative procedural methodology, using the states of Paraná, Santa Catarina, and Rio Grande do Sul as reference. Finally, it is important to emphasize that the results obtained from this material were satisfactory, as the qualitative and quantitative information aligned with the stated objectives and methods.

Keywords: Immigration. Territory. Uruguay. Paraná. Santa Catarina. Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca estabelecer conexões em relação à movimentação da mão de obra no contexto geoeconômico dos estados sulistas do Brasil e a República do Uruguai. Relewa-se que essa pesquisa apresenta informações provenientes de uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual de Maringá, Paraná, publicada em 2016. O estudo estabeleceu uma ligação entre a mobilidade de trabalhadores entre os países vizinhos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e as unidades federativas da região Sul do Brasil, levando-se em consideração a possibilidade de uma relação de domínio subimperialista do Estado brasileiro com os demais membros do bloco econômico.

Destaca-se que este documento aborda exclusivamente as interações que envolvem a movimentação da mão de obra no contexto do Mercosul, mais especificamente em relação a Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Uruguai. As perspectivas relacionadas ao

subimperialismo brasileiro no bloco econômico sul-americano serão abordadas em outra publicação.

Esta pesquisa teve como base os princípios relacionados à Geografia crítica radical. Dessa forma, para alcançar o objetivo proposto, foi preciso iniciar com uma leitura embasada metodologicamente no materialismo histórico dialético. Sob o aspecto geográfico, compreendeu-se que a abordagem analítica engloba o conceito de território, uma vez que as interações laborais no contexto do sistema capitalista estão intrinsecamente ligadas a relações de poder e territorialização.

Assim, organizar, conectar e resumir semelhanças e divergências em relação aos aspectos que conduzem às modalidades de mobilidade focadas na mão de obra do espaço de análise em questão são justificáveis. As interações laborais decorrentes do sistema capitalista podem impactar a migração dos trabalhadores, bem como a concretização visível de tal fenômeno, expressa na disparidade socioespacial.

Outros intuitos no que se relaciona à elaboração deste trabalho envolveram: (I) realizar uma revisão bibliográfica dos conceitos que concernem a mobilidade populacional, território e fronteira; e (II) coletar dados sobre a mobilidade de trabalhadores entre os estados do sul do Brasil e o Uruguai. Por meio de uma abordagem comparativa, foi possível estabelecer relações geográficas de proximidade e de natureza econômica que facilitaram a movimentação de pessoas da Uruguai para os demais estados da região Sul do Brasil.

Ressalta-se, por fim, que o artigo está estruturado em duas seções além desta introdução. A primeira trata das análises bibliográficas conceituais, conforme mencionado anteriormente. Em uma segunda etapa, serão expostos os dados referentes à movimentação da mão de obra oriunda da Uruguai nas unidades federativas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA TEÓRICA

Conforme a proposta deste estudo, é importante destacar a necessidade de desenvolver uma análise conceitual que aborde três conceitos relevantes relacionadas ao tema, a saber: a

mobilidade humana, o território e a fronteira. Assim, essa seção será dividida com o intuito de compreender a importância dessas noções para os propósitos estabelecidos neste artigo.

A circulação de pessoas é uma das consequências das políticas capitalistas implementadas nas esferas social e econômica. Nesta perspectiva, o conceito de mobilidade humana pode expressar regiões de atração e rejeição populacional decorrentes das medidas adotadas pelo Estado e outros atores diversos. O esgotamento da geração de riqueza cria novas possibilidades de investimento, o que pode resultar na exploração da sociedade enquanto mercadoria e meio para ampliar a reprodução do capital.

Já o território e a fronteira desempenham um papel central na discussão, abordando diretamente o papel estatal. A possibilidade de territorialização, sob um olhar geopolítico, representa o espaço de soberania das nações, a fronteira delimita um espaço zonal de transição entre dois países independentes. Na zona fronteira estabelece-se uma forma de tensão a qual é influenciada por diversos agentes socioeconômicos, fato que reflete nas relações capitalistas de produção, acarretando consequências para a estruturação do espaço geográfico.

Portanto, é essencial examinar cuidadosamente todos esses elementos para compreender com clareza qual deles se enquadra na finalidade deste estudo. Doravante, retomar-se-á noção de mobilidade humana a partir de algumas leituras bibliográficas teóricas.

2.1. A MOBILIDADE HUMANA

A espécie humana, como um dos componentes de análise da geografia, deve ser constantemente reconhecida como um agente de interação e de capacidade de alteração do espaço. Sua habilidade de modificar a natureza primária por meio de suas interações econômicas viabilizaram o surgimento da História.

A mobilidade humana representa um conceito fundamental para analisar a dualidade entre o ser humano e a natureza. Pode ser definida como o deslocamento dos corpos no espaço, abrangendo qualquer tipo de movimento. Neste caso em particular, trabalhar-se-á o conceito de "mobilidade humana", que se refere aos deslocamentos das pessoas motivados por diversos fatores, aos quais se destacam: os interesses capitalistas e sua influência na força de trabalho.

A ideia de movimentação por parte da força de trabalho está presente na sociedade capitalista e proporciona um dinamismo significativo no que se refere à lógica econômica atual. No contexto das relações entre os Estados membros do Mercosul, pode-se considerar a existência de fluxos relevantes de mobilidade humana em ambientes fronteiriços. Levando em conta essa situação, que é facilitada pelos benefícios comerciais estabelecidos pelo bloco econômico, é justificável analisar criticamente as consequências advindas do conceito de mobilidade.

Quanto aos estudos sobre mobilidade, é importante ressaltar, em primeiro lugar, que o termo é alvo de análise em diversas áreas do conhecimento científico, as quais se podem citar: sociologia, psicologia, demografia e economia, conforme é mencionado por Rocha (1998).

Essa abordagem ampla do tema envolve uma perspectiva multidisciplinar, possibilitando uma compreensão mais abrangente da conjuntura da mobilidade no que tange as ciências humanas. Sob essa perspectiva, a mobilidade humana se manifesta em três diferentes formas de deslocamento: mobilidade física, mobilidade social e mobilidade centrada no trabalho. (ROCHA, 1998).

A mobilidade física pode ser subdividida em macromobilidade e micromobilidade. O primeiro caracteriza-se pelos movimentos entre indivíduos em grande escala, ou seja: em esferas internacional, nacional, estadual e municipal. Esse tipo de deslocamento não considera a dimensão da vida no âmbito do lugar. Já a micromobilidade abrange essa última concepção, ocorrendo em casos como as que envolvem circulações menores, a exemplo de: trabalho, escola, compras e outras atividades cotidianas (ROCHA, 1998).

No que diz respeito à mobilidade social (ROCHA, 1998), pode-se compreender que ela está inserida no cenário das transformações estruturais que podem ocorrer nas classes sociais. Trata-se de um movimento vertical, ou seja, inicialmente não é tangível no espaço físico, mas é territorializado por meio das relações sociais com acesso a capital econômico e cultural (SOUZA, 2018).

A mobilidade relacionada ao trabalho refere-se ao deslocamento populacional impulsionado pelos interesses econômicos do capitalismo, tais propensões, mesmo que de forma inconsciente, estimulam as pessoas a se deslocarem em busca de oportunidades de trabalho. É relevante considerar que existem relações mais ou menos perversas nesse âmbito, sendo

inadequado agrupar no mesmo grupo indiscriminadamente aqueles que se deslocam para trabalhos mais qualificados em outros países (ROCHA, 1998).

Em relação ao conceito de mobilidade, Becker (2006) ressalta que o termo foi objeto de análise, isso por meio de mais de uma interpretação. Segundo a autora, surgiram duas correntes principais: uma com uma abordagem mais funcionalista, chamada de neoclássica, e outra de caráter crítico, conhecida como neomarxista.

Dentre os trabalhos neomarxistas mencionados por Becker (2006), destaca-se a publicação de Gaudemar (1977), um economista francês que descreve a mobilidade da população em relação aos interesses do sistema capitalista de produção. Para ele, a mobilidade desempenha um papel relevante nas relações de trabalho no sistema capitalista. A qualidade da mão de obra contribui para a ocorrência de diversos fenômenos de deslocamento, como trabalhos temporários, deslocamentos pendulares e outras possibilidades.

Dessa forma, o cenário de mobilidade forçada invalida a suposição de que a escolha individual seja determinante para a locomoção em determinadas circunstâncias. Rocha (2008) esclarece que essa mobilidade compulsória é fomentada pelos interesses do capital, onde a motivação para a deslocação torna-se externa à consciência do indivíduo.

Gaudemar (1977), por seu turno, esclarece que o capitalismo influencia a maneira como as pessoas estabelecem suas ações sociais, de modo que, em meio aos interesses do sistema dominante, ocorre a mobilidade da força de trabalho. Nesse sentido, todo planejamento capitalista de mobilidade também pode ser considerado como uma mobilidade compulsória.

Os trabalhadores que se deslocam devido às exigências do capitalismo fazem parte de uma reserva criada para ser utilizada quando necessário. Esse excedente pode estar já integrado na sociedade ou surgir a partir de novas relações laborais. Assim, o avanço de novas técnicas e tecnologias pode resultar em aumento do desemprego e, conseqüentemente, em maior número de indivíduos disponíveis para fazer parte do exército de reserva.

Como ilustração dessa última situação, Becker (2006) descreveu o caso dos pequenos posseiros que são expulsos do campo por meio das transformações da sociedade capitalista. A desapropriação do indivíduo de sua terra pode ocorrer através da pressão de mercado ou do surgimento de maquinários agrícolas, o que resulta na criação de um trabalhador livre para integrar a reserva de mão de obra.

Existem também aqueles indivíduos que se encontram em situação de trabalho irregular, essa população vive em condições precárias, desempenhando suas atividades laborais em ambientes insalubres, perigosos e com remunerações reduzidas. Eles também se deslocam eventualmente em busca de outras formas de emprego. Um exemplo disso é observado nos trabalhadores do campo que migram sazonalmente devido à modernização da agricultura no estado do Paraná, conforme mencionado por Ribeiro (2011).

As relações capitalistas causaram transformações significativas na maneira como as populações subordinadas ao sistema buscam se mover no espaço geográfico. É relevante recordar que a mobilidade humana não se origina apenas com o capitalismo, pois em sociedades antigas ou mesmo primitivas já ocorria essa ação. O que a mobilidade relacionada ao trabalho tem em comum com os deslocamentos antigos é a necessidade.

Nos tempos primordiais, as pessoas se deslocavam em busca de comida, segurança, terras férteis, bem como outras oportunidades. Atualmente, essas necessidades ainda existem, mas são influenciadas externamente à consciência dos sujeitos. O indivíduo continua a precisar de comida e outras necessidades, porém é incentivado a se deslocar para locais específicos nos quais acredita ter melhores chances de suprir essas mesmas necessidades (BECKER, 2006).

Além dos pressupostos destacados por Becker (2006), é importante ressaltar a existência de um tipo de mobilidade que não é forçada, onde os indivíduos adquirem o desejo de se deslocar com base em um referencial que não necessariamente está relacionado às práticas do capital. Por exemplo, há pessoas que se mobilizam para fins educacionais ou devido a oportunidades de melhor remuneração. Nesse último enquadramento, é devido esclarecer que o sujeito possui maior clareza em relação à sua escolha, ao contrário do proletariado. Muitas vezes, o trabalhador não tem outra alternativa além de migrar, ou isso ou enfrentar uma piora significativa em seu padrão de vida. Em alguns casos, essas relações podem ocorrer de maneira integrada, o que destaca a complexidade dessa relação.

A fim de compreender essa complexidade sob uma perspectiva crítica, é essencial levar em conta o espaço geográfico como um ambiente de alteração das interações sociais e do poder econômico. Portanto, é necessário o aprofundamento teórico quanto a perspectiva do território e das fronteiras para se alcançar tal objetivo.

2.2 UMA LEITURA BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL DE TERRITÓRIO E FRONTEIRA

O território se fundamenta no espaço como sua base por meio de interações que envolvem as relações de poder. Nesta perspectiva, Raffestin (1993) sugere que o território pode ser descrito como um conjunto de conexões sociais incentivadas pela busca de poder no espaço geográfico.

O conceito de território, bem como as territorialidades passam por alterações conceituais ao longo do tempo histórico. Essas transformações ocorrem conforme as mudanças que os agentes sociais permitem no ambiente em que habitam, provocando também modificações no espaço geográfico.

De acordo com Saquet (2013), a dominação sobre o espaço é condicionada por várias escalas, por meio de instituições e atores diversos, em um processo constante e ágil de desterritorialização e reterritorialização. Esses dois processos ocorrem simultaneamente, uma vez que o sistema capitalista, em sua busca por reprodução de capital, altera os espaços onde o poder atua.

A questão da territorialização também se estabelece na Psicanálise (SAQUET, 2013). O termo pode ser estabelecido a partir do imaginário, em que o desejo inconsciente do indivíduo teria influência na reprodução da ideologia capitalista, uma submissão que contribui para a ampliação das questões de desigualdade na realidade.

Entende-se, portanto, que o território é um fenômeno complexo, pois está inserido em processos que vão além do âmbito social, alcançando também o meio natural. Essa abrangência ocorre desde o espaço local até o global, em perspectivas sociológicas que ponderam tanto a dimensão analítica horizontal, quanto vertical. A questão físico-natural adquire importância na interpretação de Dematteis (1975), o autor une processos históricos e sociais, oferecendo uma visão coerente para uma análise geográfica.

Neste cenário, Saquet (2013) expõe duas visões de análise. A primeira considera que o espaço surge a partir das interações naturais e humanas, principalmente por meio das entidades governamentais, que estabelecem áreas políticas contíguas e não sobrepostas. Essa perspectiva é restrita, uma vez que se concentra exclusivamente na atuação do Estado.

Em relação à segunda abordagem, ocorre uma subdivisão em dois aspectos: primeiramente, o território é compreendido a partir das relações de autoridade entre nações,

destacando-se elementos tangíveis e intangíveis de natureza econômica; e em uma segunda perspectiva é fundamentado por meio da teoria marxista, a qual enfatiza as interações entre trabalho e território, com a lógica da produção e reprodução do capital, bem como as lutas de classes.

Uma outra análise é realizada por Bagnasco (1977), a problemática do desenvolvimento territorial ocorre de acordo com os processos históricos que o constituem. Desse modo, compreende-se o conceito por uma perspectiva multifacetada, considerando-se todas as interações sociais resultantes de eventos temporais sob distintas ordens econômicas, políticas e culturais.

Essa última abordagem é a mais abrangente em termos de considerações territoriais, pois estabelece uma conjunção dos principais aspectos teóricos levantados pelos dois primeiros. Entre os principais autores da Geografia que se aprofundaram nessa forma de análise está Raffestin (1993).

Conforme Raffestin (1993), na composição territorial existem três conjuntos menores: os pontos, as linhas e as superfícies. Os pontos representam a expressão do indivíduo, ou seja, são as localizações onde os sujeitos sociais concordam ou entram em conflito. As linhas simbolizam as relações entre as pessoas na sociedade, formando redes que oferecem possibilidades praticamente infinitas. As superfícies são espaços zonais de atuação no território, onde ocorrem as territorialidades e o surgimento de seus limites.

Seria menos complicado se a perspectiva de análise territorial ocorresse com limites simples, mas isso não acontece materialmente. As áreas de influência dos territórios se mesclam, se entrelaçam e se sobrepõem, seguindo ordens, escalas e ações de diversos interesses e formas de poder.

Os territórios mais dinâmicos não possuem um limite fixo, ocorre a sobreposição das superfícies. Por outro lado, em casos menos complexos, como nos espaços administrativos, como as fronteiras dos Estados Nacionais, há uma regulação rígida devido aos propósitos de se preservar a soberania. De acordo com Hermann (2011), a soberania do Estado é constantemente desafiada pela globalização, envolvendo diferentes formas de ativismo, tais como direitos humanos, movimentos étnicos e migrações ilegais, entre outros.

As relações internacionais contemporâneas foram alteradas pela progressão das tecnologias de informação, resultando em fluxos diversos aumentados. Conseqüentemente, o Estado não consegue monitorar suas fronteiras como fazia em outrora. A questão da soberania enfrenta um conflito, no qual o povo delega sua soberania para a atuação do Estado, o qual, por sua vez, burocratiza as fronteiras com o objetivo de obter um controle mais efetivo do território.

É evidente que as áreas adjacentes de um Estado não são uniformes. Ao se ultrapassar os seus limites, estabelece-se uma zona de transição na qual ambos os países compartilham uma sobreposição de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. Tal conjunto é denominado fronteira.

A fronteira é uma consequência das motivações e transformações resultantes das interações sociais. É um elemento conceitual que permite diversas análises, abordagens e compreensões. Destaca-se que a sociedade capitalista é contraditória e está em constante mutação, essas mudanças exercem influência tanto no momento presente quanto no planejamento futuro, tornando o território também um espaço flexível e em constante movimentação.

Souza (2012) questiona o entendimento do senso comum em relação à ideia de território. Este é frequentemente associado ao espaço de atuação exclusivo do Estado Nacional, o que não é necessariamente um equívoco. No entanto, essa visão se limita a uma análise superficial, pois não explora outras formas de território.

Os territórios assumem diversas formas, escalas e periodicidades, ampliando suas esferas de atuação e, muitas vezes, sobrepondo-se entre si. O termo "fronteira" pode ser interpretado de várias maneiras, mas neste trabalho é essencial estabelecer o conceito como o limite entre Estados Nacionais.

Max e Oliveira (2009) adotam o termo na perspectiva aqui proposta, descrevendo a fronteira como o limite que separa o território nacional do internacional. Ela marca o início e o fim do Estado, e o limite em si pode ser entendido como as extremidades do território nacional, sendo designado com o papel de dividir politicamente governos, regiões e municípios em termos territoriais. Em outras palavras, é no limite que se inicia ou termina a soberania de um indivíduo, grupo específico ou mesmo do Estado.

Conforme a análise de Frasson (2014), a fronteira é uma " faixa do território de um país que se estende ao longo da linha limite" (Frasson, 2014, p. 54 e 55). A autora se apoia em

Raffestin (1993) ao enfatizar a necessidade de levar em consideração as características locais, tais como a diversidade cultural, as regulamentações aduaneiras e a criminalização, que são elementos geradores de tensão entre a fronteira e o Estado (Raffestin, 1993).

Nesse enquadramento, mesmo os Estados que possuem uma fronteira política firmemente estabelecida podem enfrentar conflitos que se chocam com a identidade cultural manifestada na própria fronteira. Haesbaert (2012), nessa situação, evidencia fronteiras politicamente instáveis devido a questões culturais.

Verifica-se, assim, que a fronteira apresenta uma área de influência mais ampla que se estende para além do próprio limite. Dentro dos territórios nacionais, existem várias territorialidades, que são elementos que ocasionam discordâncias em relação ao núcleo político do país, tais fatores constituem fontes de tensão entre a fronteira e o governo centralizado. No território soberano do Estado, encontra-se a capital política, onde, em geral, estão localizados os principais centros econômicos, políticos e culturais, enquanto a fronteira é delineada pelo perímetro traçado nas margens do Estado. O núcleo é o local onde se concentram os atores detentores do poder estatal, aqueles que conferem territorialidade ao país e suas fronteiras.

Desta maneira, o sistema econômico atual exerce uma função que estabelece interesses de Nações sobre outras, isso através de uma lógica em que aqueles que possuem maior domínio passam a impor seus objetivos sobre os demais. Tais situações podem ocasionar diferentes formas de mobilidade. Entre o Brasil e seu vizinho Uruguai não é divergente, doravante será realizado um aprofundamento no que diz respeito à mobilidade centrada no trabalho entre os dois países.

3 A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO ENTRE O BRASIL E O URUGUAI

Nesta terceira partição serão abordadas as questões relativas aos trabalhadores originários do Uruguai que se mobilizaram ao Brasil. A identificação destes atores foi possível nos casos em que foram registrados conforme as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esses dados estão disponíveis no Anuário de Imigração, uma publicação emitida pelo Ministério

do Trabalho e Emprego (MTE). Para este estudo, foram empregadas as informações correspondentes ao ano de 2015, que refletem os números relativos a 2014. É relevante destacar que os anuários não foram mais produzidos posteriormente, portanto, esta pesquisa baseou-se nos dados disponíveis naquele ano.

Quanto aos trabalhadores colocados em pauta, os números em questão tratam daqueles que são naturais do Uruguai e conseguiram um emprego formal, podendo ainda ter sido dispensados. Os que conseguem laborar sem o registro da CLT não entraram no universo desta pesquisa. Os valores absolutos obtidos com o MTE já conseguem consolidar os objetivos desta proposta de estudo.

Doravante, no que toca à situação que envolve a imigração no Brasil, o século XIX é um ponto de partida para se realizar tal consideração. Aqueles que aportavam no país saíam de sua nação de origem por motivos diversos, os quais se podem citar como exemplo: desemprego, pobreza, perseguições diversas, entre outros fatores. Tais dificuldades estavam associadas à desigualdade social e à corrida imperialista que se intensificava na Europa.

Nessa conjuntura, a mobilidade pode ser observada como um fenômeno de deslocamento voluntário ou não. Isso dependerá das características e do tipo de trabalho exercido pelo indivíduo em análise, bem como da sua motivação ao se mudar do seu país de origem. Bertanha (1997) menciona que existiam incentivos econômicos para a vinda de italianos ao Brasil, o que confirma a hipótese de que muitos se deslocavam devido ao desemprego, o que tornaria aquela mobilidade involuntária de forma não consciente.

Contudo, os europeus não são o foco deste estudo; as informações relacionadas a eles estão disponíveis de maneira excessivamente acessível, em contraste com o que ocorre nos casos dos países vizinhos ao Brasil. Os órgãos oficiais dos Estados membros do Mercosul não fornecem dados mais detalhados, pelo menos no que diz respeito à entrada e saída de estrangeiros em seus territórios nacionais. O que se encontrou de mais substancial foram os números coletados pelo próprio MTE.

Portanto, abordar-se-á o caso do Uruguai, um país que possui laços históricos e econômicos estreitos com o estado do Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que as fronteiras gaúchas estão entre as mais densamente povoadas do país, assim como em toda a Região Sul,

situação que contradiz o cenário de outras regiões fronteiriças do Brasil, onde as frentes pioneiras são mais recentes, as distâncias são maiores e a infraestrutura é menos desenvolvida.

Deste modo, pode-se afirmar que há uma mobilidade significativa de trabalhadores na fronteira sul do Brasil, onde uruguaios deixam seu país em busca de novas e melhores oportunidades de trabalho. As questões históricas justificam essa maior conexão, nas tabelas 01, 02 e 03, a seguir, encontram-se os dados referentes às admissões e demissões que corroboram a essa afirmação..

Tabela 01: Principais nacionalidades em admissão no estado do Paraná (2014)

PAÍS	ADMITIDOS	DEMITIDOS
REPÚBLICA DO HAITI	4.183	1.641
PARAGUAI	509	156
SENEGAL	375	188
BANGLADESH	198	95
ARGENTINA	170	65
PORTUGAL	104	42
COLÔMBIA	82	36
GANÁ	56	1
GUINÉ	56	26
ESPAÑA ¹	55	20
OUTROS	560	255
TOTAL	6.348	2.525

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Tabela 02: Principais nacionalidades em admissão no estado de Santa Catarina (2014)

PAÍS	ADMITIDOS	DEMITIDOS
REPÚBLICA DO HAITI	6.015	2.077
GANÁ	707	313
ARGENTINA	517	296
SENEGAL	372	169
URUGUAI	151	105
REPÚBLICA DOMINICANA	101	35
PARAGUAI	97	61
COLÔMBIA	86	49
PORTUGAL	78	41
PERU	57	33
OUTROS	442	232
TOTAL	8.623	3.411

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Tabela 03: Principais nacionalidades em admissão no estado do Rio Grande do Sul (2014)

PAÍS	ADMITIDOS	DEMITIDOS
REPÚBLICA DO HAITI	2.494	866
SENEGAL	1.884	936
ARGENTINA	381	196
URUGUAI	341	154
GANÁ	178	64
REPÚBLICA DOMINICANA	81	25
COLÔMBIA	78	32
PORTUGAL	55	14
PERU	53	51
PARAGUAI	49	17
OUTROS	382	128
TOTAL	5.976	2.483

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

O Haiti é o país que apresentou o maior contingente de indivíduos admitidos com vínculo formal de trabalho naquele ano. As questões socioeconômicas com as quais o país esteve envolvido no início da década passada, juntamente com as políticas migratórias implementadas pelo governo brasileiro naquela época, possibilitaram acolher os haitianos como refugiados. Portanto, em comparação com imigrantes de outras nacionalidades, os refugiados haitianos tiveram maior facilidade para ingressar no país nesse período (SILVA, 2015).

A entrada de africanos ocorreu de maneira semelhante, ou seja, eles também foram recebidos como refugiados, como é o caso de senegaleses, ganeses e guineenses (CORRÊA, et al., 2015). A seguir, serão examinadas as relações estabelecidas entre os trabalhadores argentinos e os estados da região Sul do Brasil.

Quanto aos deslocamentos dos trabalhadores em direção ao Paraná, conforme representado na tabela 01, não há ocorrência de quantidade considerável de uruguaios admitidos e demitidos. O país não ocupou nenhuma das posições que tangem os dez primeiros Estados a receber trabalhadores estrangeiros.

Em relação à situação em Santa Catarina, conforme apresentado na tabela 02, destaca-se que o grupo de uruguaios que chegaram ao estado, e conseguiram emprego formal, estabeleceu o quinto maior grupo em números absolutos. Foram registradas 151 admissões e 105 demissões.

A tabela 03, por sua vez, apresenta os números referentes ao Rio Grande do Sul. Nesse sentido, houve a contratação de 341 uruguaios, enquanto 154 foram demitidos, posicionando-os como o quarto maior grupo de imigrantes a obter trabalho formal nesse estado.

As três tabelas anteriores foram analisadas com relação à proximidade geográfica das unidades federativas do sul do Brasil da República do Uruguai. Em uma perspectiva crítica, a análise se torna mais acentuada quando há um aprofundamento em algumas questões mais específicas. Portanto, a seguir serão abordadas as características da mobilidade centrada no trabalho na relação entre Brasil e Uruguai.

De acordo com os dados apresentados nas tabelas 01, 02 e 03, pode-se observar que o Uruguai está mais integrado aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Historicamente, a colonização desses dois estados tem a presença do vizinho do extremo sul, tendo ainda a Argentina como um importante fator de influência. Esse fato é corroborado por contextos históricos conflituosos e econômicos. No século XIX, Brasil e Uruguai, bem como a Argentina, estiveram envolvidos em um conflito sobre a posse do território do próprio Uruguai, a Guerra da Cisplatina. O conflito se encerrou com a independência do Uruguai.

As conexões históricas e socioeconômicas podem justificar uma maior interligação entre as unidades federativas sulistas do Brasil e o Uruguai. Assim, na tabela 04 a seguir, são apresentadas as ocupações econômicas exercidas pelos uruguaios que se deslocaram para o Brasil e tiveram seus contratos de trabalho registrados, além daqueles que foram desligados de seus empregos no mesmo período.

Tabela 04: Principais atividades econômicas, admissão x demissão dos uruguaios, Brasil -2014

Atividade Econômica	Admitidos	Demitidos
Restaurantes e Similares	74	53
Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Supermercados	60	26
Hotéis	52	28
Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios	34	15
Lanchonetes, Casas de Chá, de Sucos e Similares	32	17
Construção de Edifícios	24	13
Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores	14	5
Clubes Sociais, Esportivos e Similares	12	9
Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Minimercados, Mercearias e Armazéns	12	5
Agências de Viagens	10	8
Outras	324	171
Total	648	350

Fonte: CAGED/MTE. Organização: autor.

As principais áreas de contratação estão ligadas a estabelecimentos de alimentação, hotéis, empresas de processamento de carne, cafeterias, transporte e outros setores. É possível observar que os uruguaios ocupam predominantemente posições no setor de serviços. Em relação aos desligamentos, há uma semelhança nas categorias ocupacionais, com algumas variações na classificação das atividades. A tabela 05 fornecerá informações mais detalhadas sobre esses aspectos.

Tabela 05: Principais ocupações, admissão e demissão dos uruguaios no mercado de trabalho, Brasil - 2014

Ocupações	Admitidos	Demitidos
Vendedor de Comercio Varejista	90	39
Cozinheiro Geral	56	29
Repositor de Mercadorias	33	16
Garçom	28	23
Atendente de Lanchonete	20	15
Servente de Obras	20	16
Operador de Caixa	15	8
Faxineiro	14	8
Recepcionista, em Geral	13	6
Atleta Profissional de Futebol	11	8
Outras	348	182
Total	648	350

Fonte: CAGED/MTE. Organização: autor.

Por meio dos dados referentes às ocupações no Brasil, presentes na Tabela 23, os uruguaios são encaixados em cargos como vendedor varejista, cozinheiro geral, repositor de mercadorias, garçom, atendente de lanchonete, entre outros. Quanto aos demitidos, há uma ordem semelhante de ocorrência, com algumas alterações no ranking das atividades.

São cargos que não exigem mão de obra altamente qualificada, caracterizados por jornadas longas e trabalhosas. Há uma predominância de ocupações no setor de serviços. O grau de escolaridade justifica a predominância deste tipo de ocupação, como mostra a Tabela 06, a seguir.

Tabela 06: Admissão x demissão de uruguaios, segundo escolaridade, Brasil - 2014

Escolaridade	Admitidos	Demitidos
Fundamental Incompleto	68	31
Fundamental Completo	73	40
Médio Incompleto	65	31
Médio Completo	357	197
Superior Incompleto	23	20
Superior Completo	62	31
Total	648	350

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Os uruguaios admitidos no Brasil destacam-se pelo ensino médio completo, seguido pelo ensino fundamental completo e, em terceiro lugar, pelo ensino fundamental incompleto. Quanto aos demitidos, ocorre uma ordem semelhante, com algumas alterações no ranking das atividades.

Esses dados confirmam a análise anteriormente mencionada, ou seja, estão diretamente relacionados às atividades e cargos de trabalho mencionados anteriormente. Mais uma vez, os indivíduos com ensino superior completo são uma minoria dentro desse universo. A Tabela 07, logo na sequência, apresenta as unidades federativas para as quais os trabalhadores foram destinados.

Tabela 07: Admissão x demissão de uruguaios, por UF, Brasil – 2014

Unidade Federativa	Admitidos	Demitidos
Rio Grande do Sul	341	154
Santa Catarina	151	105
Rio de Janeiro	59	33
São Paulo	29	14
Paraná	20	15
Demais UFs	48	29
Total	648	350

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

É justificada a maior presença de uruguaios no Rio Grande do Sul devido à maior proximidade geográfica, com 341 indivíduos admitidos. Santa Catarina aparece em seguida, com 151, e o Paraná ocupa a quinta posição, possuindo 20 indivíduos. Rio de Janeiro e São Paulo, por sua vez, aparecem em terceiro e quarto lugares respectivamente, com 59 e 29 admitidos.

O total de admitidos no Brasil foi de 648 no período, dos quais 512 estão no Sul do país. Deste modo, 80% dos uruguaios vivendo nessa região estavam no Rio Grande do Sul, o que indica que eles permaneciam ainda próximos ao seu país de origem. Quanto aos demitidos, ocorreu uma ordem semelhante, com algumas alterações no ranking das atividades. Os municípios que mais recebem esses trabalhadores estão destacados a seguir na tabela 08.

Tabela 08: Principais municípios em admissão de uruguaios, Brasil - 2014

Município UF	Admitidos	Demitidos
Chuí RS	94	34
Florianópolis SC	79	61
Porto Alegre RS	55	38
Santana do Livramento RS	54	16
Rio de Janeiro RJ	38	19
São Paulo SP	25	13
Caxias do Sul RS	16	11
Armação de Búzios RJ	14	9
Balneário Camboriú SC	14	9
Joinville SC	12	9
Outras	247	131
Total	648	350

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins.

Chuí e Santana do Livramento são os dois municípios fronteiriços que mais receberam uruguaios admitidos com carteira assinada em 2014, sendo os únicos entre as dez cidades brasileiras que mais receberam trabalhadores daquele país. São Paulo e Rio de Janeiro também surgem nos dados de forma relevante, porém são os únicos municípios fora da região Sul do Brasil.

Dos 401 uruguaios admitidos nos dez municípios que mais receberam trabalhadores, é certo que pelo menos 324 estão na região Sul, dos quais 148 estão nas regiões de fronteira. Quanto aos demitidos, ocorre uma ordem semelhante, com algumas alterações no ranking das atividades.

A maioria dos imigrantes provenientes dos países vizinhos tende a permanecer nas unidades federativas mais próximas, assim como nos municípios de fronteira. As capitais dessas regiões abrigam um grande contingente populacional dos países vizinhos, mesmo considerando a distância relativa. Com o Uruguai não é diferente, a proximidade geográfica facilita a superação de desafios, pois em caso de problemas mais graves, retornar ao seu país de origem não seria uma dificuldade maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade dos trabalhadores provenientes do Uruguai em direção aos estados do Sul do Brasil apresenta perfis distintos quando contrastados. Essa análise foi realizada por meio da composição econômica, social e cultural. Foram identificadas particularidades discutidas com base em suas ocupações, setores econômicos envolvidos, nível educacional e destino de imigração. Ao interligar essas informações, estabeleceu-se uma base para compreender as necessidades desses indivíduos em seu país de origem.

O trabalhador estrangeiro que busca melhores condições salariais em áreas mais economicamente desenvolvidas do que seu país de origem geralmente não possui maior qualificação. Isso foi demonstrado pelos cargos e níveis educacionais dos indivíduos identificados na Argentina. A baixa escolaridade dos trabalhadores justifica a busca por uma

melhoria de vida, enquanto enfrentam um ambiente culturalmente distinto do seu, o que já apresenta várias dificuldades. A média salarial no Brasil é superior quando comparada ao país vizinho, o que explica a mobilidade concentrada no trabalho dos uruguaios na fronteira Sul brasileira.

REFERÊNCIAS

BAGNASCO, Arnaldo. Tre Italie. **La problemática territorial dello sviluppo italiano**. Bologna II Mulino, 1977.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 319-367.

BERTONHA, João Fabio. **O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943**. Revista Brasileira de Políticas Internacionais. 40 (2): 106-130, 1997.

CORRÊA, Mariana Almeida Silveira; NEPUMUCENO, Raísa Barcellos; MATTOS, Wesley H. C.; MIRANDA, Carla. **Migração por sobrevivência: soluções brasileiras**. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 221-236, jan./jun. 2015.

DEMATTEIS, Giuseppe. Le principe de d'interaction: fondement logique et pratique de la recherche moderne em gographie. In BUSCAGLIA, Augusto, et. al. **Colloquio sulle basi teoriche dela ricerca geografica**. Torino: Giappichelli, 1975. p. 28-38.

FRASSON, Margarete. **Alunos brasiguaios em movimento na tríplice fronteira**. 2014. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão. 2014.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HERMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discursos diplomático brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 268 p.

MAX, Cláudio Zarate; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista**. Geosul, 24(47), 7-27. 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **A mobilidade forçada e a exploração da força de trabalho: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do noroeste paranaense**. 2011. 174 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2011.

ROCHA, Márcio Mendes. **A Espacialidade das Mobilidades Urbanas – Um olhar para o Norte Central Paranaense**. 1998. 180 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. São Paulo, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, Sidney Antônio da. **Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos?** Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 119-134, jan./jun. 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

Enviado em 16/02/2023
Aprovado em 04/07/2023